

Tecno-imagem e Sujeito

Luiz A. Calmon Nabuco Lastória*

155

Artefilosofia, Ouro Preto, n.8, p. 155-160, abr.2010

Um simples olhar voltado ao desenvolvimento tecnológico ocorrido nas últimas décadas é-nos suficiente para constatar que as inovações decorrentes se dirigem, cada vez mais, para a substituição de linhas por planos – *surface media*, dando passagem assim ao predomínio de linguagens icônicas em detrimento da alfabética. Essas linguagens portam a especificidade de transmitirem informações de modo mais direto e imediato. Em termos psicanalíticos pode-se dizer que, ao apontarem para as “coisas mesmas”, e não mais para a cadeia significativa como no caso do signo escrito, elas favorecem o deslocamento da atividade do pensamento reflexivo em direção às relações imaginárias de objeto. Voltaremos a essa questão mais adiante.

Antes de prosseguirmos, apenas uma breve ressalva sobre a noção de “coisas mesmas” no contexto do tema aqui discutido: desde Kant sabemos que as coisas “em si” nos são intangíveis de modo que elas existem apenas “para o homem”, isto é, são necessariamente filtradas segundo as possibilidades inscritas no organismo humano. No entanto, as “coisas mesmas” para as quais essas novas linguagens apontam sequer necessitam existir enquanto “algo”. Elas conformam apenas um tipo particular de imagens geradas tecnologicamente por informações imateriais decodificáveis, isto é, algoritmos articulados numericamente. Assim, essas informações colocam-se no vértice do processo de transcodificação da realidade tal como a conhecemos e experimentamos para a chamada “realidade virtual”.

A situação histórica contemporânea, acentuadamente marcada por essa transformação operada no modo de representarmos o mundo, agora possibilitada pelas tecno-imagens, foi particularmente refletida por V. Flusser em termos de um desafio a ser superado em detrimento de uma possível escalada em direção à barbárie. Para esse autor a principal diferença experimentada pelo sujeito colocado diante de um texto e de uma imagem concerne ao tempo despendido para captar a mensagem transmitida em ambos os casos. Ao lermos textos escritos seguimos as linhas da esquerda para a direita (ao menos nos casos das línguas flexionais) com o intuito de captar a mensagem neles codificada. Já diante de uma pintura ou de uma gravura, apreendemos a mensagem codificada de um só lance para, só depois, nos determos em seus detalhes mais pormenorizadamente, de modo a diacronizar aquilo que se encontra sincronizado na imagem. Então, ao acompanharmos as linhas de um texto, o fazemos para chegar ao entendimento de uma mensagem; no segundo caso ela já está dada desde o primeiro contato. Inversão essa que viria alterar fundamentalmente a nossa experiência com o tempo; ou seja, as mensagens imagéticas comprimem o tempo necessário para que possamos decodificá-las de modo a torná-lo, ao menos em princípio, mais espesso.

* Prof. Dr. da F.C.L. – Unesp-
Araraquara. lcalmon@fclar.unesp.br

Nesse sentido, pensar por meio do contato com imagens não significaria mais adequar o conceitos das coisas à extensão das linhas escritas. Aqui, observa Flusser, o ângulo de apreensão subjetiva joga o papel decisivo:

Códigos imagéticos (como filmes) dependem de pontos de vista predeterminados: são subjetivos. São baseados em convenções que não precisam ser aprendidas conscientemente: elas são inconscientes. Códigos conceituais (como alfabetos) independem de um ponto de vista predeterminado: são objetivos. São baseados em convenções que precisam ser aprendidas e aceitas conscientemente: são códigos conscientes. Portanto, a ficção imaginativa relaciona-se com os fatos de um modo subjetivo e inconsciente, e a ficção conceitual faz o mesmo de maneira objetiva e consciente (2007:114).

Muito poderia ser objetado do ponto de vista da teorização psicanalítica quanto ao emprego das denominações “subjetivo” e “objetivo”, “consciente” e “inconsciente” tal como foi feito pelo autor. Mas retenhamos apenas as modificações temporais que se estabelecem em relação ao sujeito a partir das mensagens codificadas imageticamente.

Não obstante à abertura potencial proporcionada pelas linguagens icônicas em direção à criatividade, ou “ficção imaginativa” nas palavras de Flusser, imagens de síntese fabricadas com alto requinte tecnológico também podem levar à confusão entre a própria imagem e o objeto por ela representado. Tal ocorrência se deve ao fato dessas imagens constituírem-se em “ícones perfeitos”, ou análogos perfeitos dos objetos que representam¹. Embora resultem de textos matemáticos, pois nada mais são que metacódigos desses textos, as “tecno-imagens” ostentam um caráter pretensamente objetivo, “não-simbólico”. Isso cria no observador uma confiança ilusória: *ele as olha*, alerta-nos Flusser, *como se fossem janelas, e não imagens resultantes de códigos simbólicos. O observador confia nas imagens técnicas tanto quanto confia em seus próprios olhos* (2002:14).

Diferentemente das imagens tradicionais como as pinturas e os desenhos que não ocultam o seu caráter de representação, as imagens tecnológicas o fazem na medida em que os aparelhos constroem um elo contínuo entre as simulações por imagens e seus possíveis significados na “realidade” por nós compartilhada. Fato que engendraria, conforme o autor, uma nova forma de “magia”, ao nos proporcionar um “feitiço abstrato” que se deriva da “ritualização de programas”. E cujo efeito encantatório parece ser o da produção de uma indistinção crescente entre esse novo tipo de imagens e os seus possíveis referentes. Estamos, portanto, diante da *nova forma de ofuscamento que vem substituir as formas míticas superadas*, parafraseando T.W. Adorno e M. Horkheimer, tal como ela se afigura em nossos dias.

Mas, de acordo com Flusser, seria errôneo supor que tal encanto se perpetuará indefinidamente, ou que estaríamos na iminência de um analfabetismo engendrado em escala de massa tendo em vista o

¹ Conforme expôs J. Baudrillard (2008:39): O real torna-se um vertiginoso fantasma da exatidão que se perde no infinitesimal.

declínio da codificação linear alfabética. Na visão do autor, a mutação cultural que presenciamos estaria nos desafiando a partir de uma tarefa ainda mais complexa e surpreendente. Isto ocorre na medida em que todo universo textual coexiste opondo resistência ao processo galopante das tecno-imagens. E, nesse sentido, argumenta Flusser que, diferentemente das imagens pré-tecnológicas que serviram para mediar a relação do homem com o mundo, as “tecno-imagens” atuais representam, antes de mais nada, textos. Tratar-se-ia, então, de aprendermos a decodificá-las enquanto “abstrações de segundo grau”. Isto é: “modelos” de conceitos. Já que esses últimos vêm representando o mundo sob a forma de textos, ao menos desde que as imagens arcaicas cederam às linhas escritas, ou melhor, desde que aquelas imagens se deixaram “desenrolar” sob a forma de linhas. Desse modo, o insucesso nessa urgente empreitada redundaria num decréscimo abrupto de sentido em um mundo que está se tornando velozmente codificado pelas novas linguagens tecnológicas.

Ainda que esse autor não se atenha a considerações de ordem psicanalítica (ou mesmo psicológica) ao traçar o panorama da cultura atual, ele assinala a proeminência da subjetividade no exercício de decodificação das informações imagéticas veiculadas pelas mídias mais recentes; exercício esse que chamou de “ficção imaginativa” de caráter “inconsciente”. Ele também nos chama a atenção para a compressão do tempo, tal como experienciado pelos sujeitos agora colocados na posição de “nômades virtuais”, no contato com esses novos padrões de linguagem.

Mas devemos nos interrogar aqui: de que subjetividade se trata? Dado que o sujeito que habita a linguagem parece estar agora se tornando um “estranho locatário”, para utilizar uma expressão cunhada por C. Melman (2003), quanto mais exposto se encontra aos processos de metacodificação digital. Processos esses a partir dos quais grande parte da produção simbólica atual o direciona para o “objeto mesmo”, e não mais para a cadeia significante do signo escrito, como antecipamos; isso de modo a requerer dele um outro tipo de pensamento.

Ao menos dois problemas saltam à vista quando nos interrogamos acerca da conformação subjetiva que se produz em sintonia fina com a mutação cultural que presenciamos. O primeiro diz respeito ao alto nível de resolução imagética, e a concomitante produção de sentido, alcançado pelas novas tecnologias digitais; e o segundo diz respeito à densidade e à aceleração temporal propriamente ditas. O primeiro toca a questão da heteronomia do pensamento a partir da sedução das imagens, esses ícones perfeitos que induzem cada vez mais o sujeito a um “mais gozar” escópico. Enquanto que o segundo aponta para o problema das condições necessárias ao exercício reflexivo do pensamento circunscrito aos esquematismos impostos pela indústria cultural.

De certo a psicanálise pode nos ajudar a esclarecer melhor aquilo que Adorno e Horkheimer diagnosticaram há pouco mais de meio século como “regressivo” no processo civilizatório em curso. Isto é, um novo estado de barbárie engendrado sob o ritmo de um desenvolvimento tecnológico “irrefreável”. O termo “regressão”, tomado no

sentido psicanalítico, designa a predominância de características particulares de um estágio de desenvolvimento já superado, num estágio posterior transcorrido nas biografias individuais. Assim, por exemplo, o prazer em ver, bem como o prazer em ser visto, caracteriza o modo pelo qual a sexualidade humana se expressa quando da descoberta genital no período da infância. Voyerismo e exibicionismo, portanto, são manifestações absolutamente naturais e predominantes num determinado momento do desenvolvimento infantil aos olhos da teoria da libido elaborada por Freud.

Mas, assim como a cidade de Roma exhibe àqueles que a visitam suas diversas camadas arqueológicas, também a psique humana guarda as características dos diferentes estágios particulares através dos quais se constituiu². Logo, o prazer proporcionado pela visão jamais nos abandona; no entanto, o seu domínio quase que exclusivo na estruturação de cenários psíquicos de gozo em fases ulteriores da vida de uma pessoa pode ser visto como um traço regressivo de sua personalidade.

No entanto, quando uma massa de pessoas se entrega obstinadamente à fascinação provocada por esses artefatos imagéticos de altíssima resolução, já não estamos mais nos referindo àquele estado regressivo que seria decorrente de uma fixação ocasionada num dos períodos do desenvolvimento infantil dos membros integrantes dessa mesma massa. Trata-se agora de uma regressão induzida objetivamente por uma cultura na qual a produção e a circulação das tecno-imagens se tornaram imperativas.

De outra parte, a psicanálise também se refere à incidência das imagens na constituição de nossa identidade. Isto é, na imagem que fazemos de nós mesmos como instância psíquica auto-referente e com função cognitiva. A partir de Freud, J. Lacan evidenciou o processo pelo qual o “eu” vincula-se a um imaginário narcísico fundamental, enquanto imagem do corpo próprio, que guarda sua gênese no “estádio de espelho”. Nesse estágio, as sensações corporais imediatas e difusas sentidas até então pela criança só podem ser unificadas mediante a presença de uma imagem corporal prévia com a qual ela irá se identificar. Lacan (1998) faz menção a uma “assunção jubilatória” da criança diante da imagem especular, já que ela se encontra imersa na “impotência motora”, e, por conseguinte, na total dependência do outro.

No entanto, a auto-imagem que resulta desse processo de identificação ocorrerá através de uma confusão narcísica entre a criança, o outro e o corpo próprio. De modo que a percepção final que a criança obterá desse último – enquanto percepção sintética de si mesma – terminará por resultar de uma imagem provinda do exterior colocada na posição de “eu-ideal”. Compreende-se, então, em que medida a constituição de uma identidade só é possível ao preço de sua alienação, libidinalmente investida na imagem desse outro. Compreende-se também o motivo pelo qual a função cognitiva do eu aciona automaticamente uma tendência inscrita no pensamento de reduzir todas as relações imaginárias de objeto a um expediente de reificação da realidade³; isso tendo em vista o caráter fundamentalmente narcísico da instância egóica, tal como mencionado há pouco.

² O paralelo entre a cidade de Roma e a tópica do aparelho psíquico aparece no célebre texto de Freud redigido em 1929, intitulado “O Mal-Estar na Civilização” (conforme a tradução para a língua portuguesa).

³ O processo de reificação dos objetos acessíveis ao pensamento mediante a função cognitiva do ego, tendo em vista o traço narcísico que lhe é geneticamente constitutivo, foi devidamente exposto por V. Safatle (2005) no subtópico “Categorizar através de imagens” contido na primeira parte do seu livro *A Paixão do Negativo*.

Eis aqui um dos riscos inerentes à nova forma de pensamento, chamada por Flusser de “ficção imaginativa”, requerido em nossa experiência cultural cada vez mais inflacionada pelas tecno-imagens atuais. Risco esse que não se torna uma fatalidade condenando ao prejuízo toda e qualquer possibilidade de reflexão, mas que se torna tanto mais factível quanto mais o sujeito se vê obrigado a render-se à aceleração do tempo. Pois, se no contato com as linguagens icônicas captamos as mensagens sob a forma de síntese, o que por si só já se traduz num adensamento temporal da experiência, de outra parte, essa mesma experiência adere ao ritmo frenético com que as imagens surgem e desaparecem diante dos nossos olhos.

Chegamos assim ao segundo problema esboçado acima: o das condições necessárias ao exercício reflexivo do pensamento circunscrito aos esquematismos impostos pela indústria cultural nos dias de hoje. Esse é o ponto em que uma tendência psicológico-genética própria ao “eu” – a de reduzir todas as relações imaginárias de objeto a um expediente de reificação da realidade – se encontra potencializada por uma determinação política.

O. Negt e A. Kluge ao refletirem sobre a questão da velocidade enquanto componente das “relações de medida em política” afirmaram que: “Quando a fantasia, a capacidade viva de recordar e de julgar começam a criar raízes, a reter o tempo e o local para repousar e tomar consciência (...). Algo impele para frente o processo de aceleração, que decorre sem a intervenção da vontade e da consciência” (1999:248). Ora, a força que “impele para frente” acelerando o ritmo de nossas vidas nada mais é do que o resultado de uma redução drástica, operada no plano da política, das medidas dos processos humanos e sociais aos “critérios formais do decurso da economia do tempo” que são próprios à administração econômica da sociedade.

Portanto, as conseqüências decorrentes desses processos operados no âmbito de uma política que incorporou a velocidade como componente essencial, e que se materializam no plano de uma estética tecnovisual, processos esses cada vez mais refinados tecnologicamente em termos de promover uma “sedução administrada” no sentido discutido por J. Baudrillard (2008), tendem a consumir a adesão imediata do sujeito ao existente. Tais fenômenos sugerem ao pensamento crítico a tarefa contínua de elucidar os mecanismos subjacentes às formas de aparecer das aparências, enquanto formas de dominação objetiva e subjetiva, a um só tempo.

Referências bibliográficas

- ADORNO, T.W. ; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- BAUDRILLARD, J. *Da Sedução*. Campinas: Papyrus, 2008.
- _____. *Simulacros e Simulações*. Lisboa: Relógio D’Água, 1991.
- FREUD, S. Tres ensayos para una teoria sexual. (1905) In: *Obras Completas*. Tomo II. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.

- _____. El malestar en la cultura. In: *Obras Completas*. Tomo II. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.
- FLUSSER, V. *Sociedade Codificada*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- _____. *Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002.
- _____. *O universo das Imagens Técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.
- LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- MELMAN, C. *O Homem sem Gravidade*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2003.
- NEGT, O ; KLUGE, A. *O que há de Político na Política?* São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- SAFATLE, V. *A Paixão do Negativo: Lacan e a dialética*. São Paulo: Ed Unesp, 2005.